

## FORMAÇÃO DE NOVOS PROFESSORES E POLÍTICAS PÚBLICAS: O DESCOMPASSO DO ESPANHOL NA PARAÍBA

Andrea Silva Ponte (UFPB)

María Hortensia Blanco García Murga (UFPB)

### Resumo

A Licenciatura em Língua Espanhola da Universidade Federal da Paraíba tem trabalhado no sentido de alcançar os objetivos traçados em seu Projeto Político Pedagógico e oferecer a seus alunos uma formação sólida e consistente. Para tanto, o corpo docente tem investido esforços em projetos internos da universidade, que atuam em diferentes frentes e podem incrementar a formação do alunado. Tais projetos têm apresentado resultados bastante significativos, como é o caso da Monitoria e da Extensão. No entanto, ao sair da universidade, ainda durante o curso, os alunos se deparam com uma situação muito precária no ensino de espanhol, causada, principalmente, pela falta de políticas públicas que garantam o cumprimento da Lei 11.161/2005 no Estado da Paraíba. O presente texto procura mostrar como a falta de consonância entre formação inicial e políticas públicas pode ser altamente prejudicial para a formação de novos profissionais.

### Introdução

Em 2006, o Ministério de Educação e Cultura publica as *Orientações Curriculares para o Ensino Médio* (OCEM), cujo objetivo é contribuir com a prática docente propiciando o diálogo entre professor, escola e mundo acadêmico, o que as transforma automaticamente em leitura fundamental e imprescindível não só para docentes que já atuam no ensino médio, mas, também, para professores em formação. O documento apresenta, além do capítulo “Conhecimentos de Línguas Estrangeiras”, o capítulo “Conhecimentos de Espanhol”, cuja presença se justifica pela obrigatoriedade da oferta de língua espanhola no ensino médio, determinada pela Lei 11.161/2005. É também em 2006 que tem início a Licenciatura em Língua Espanhola do Curso de Letras da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). A aprovação do Projeto Político Pedagógico (PPP) do Curso de Letras – em maio de 2006 – marca o início da Habilitação, e sua inclusão se justifica, nesse documento, da seguinte forma:

Dentre as mudanças apresentadas encontra-se a proposta de inclusão de mais uma Habilitação: a Habilitação em Língua Espanhola, a ser oferecida no turno da manhã. Essa habilitação vem atender aos anseios da comunidade acadêmica de Letras, que há mais de dez anos espera pela sua implantação, e vem também **cumprir a Lei nº 11.161**

(Anexo), sancionada pelo Presidente da República em 5 de agosto de 2005, que dispõe sobre o ensino da língua espanhola como oferta obrigatória na escola. Na realidade, o DLEM<sup>20</sup> tem recebido solicitações inclusive da Secretaria Estadual de Educação que se ressentem em seus quadros de profissionais que possam atuar como professores de Língua Espanhola, quando, por decisão do MEC, os alunos da rede pública deveriam ter acesso na escola ao ensino dessa língua. (UFPB, 2006, p. 07) (grifo nosso)

É possível observar que o cumprimento da lei aparece como principal justificativa para a inclusão da Habilitação em Língua Espanhola, ou seja, a instituição deve capacitar profissionais que futuramente atuarão no ensino médio nas redes pública e privada. O intuito da UFPB é, portanto, agir em consonância com outras ações do governo federal, como, por exemplo, a inclusão do espanhol nas OCEM, mencionadas acima.

O presente texto, assim, tem dois objetivos: o primeiro é mostrar alguns dos projetos – e os sucessos e dificuldades que acarretam – que fazem parte da Licenciatura em Espanhol, cujo objetivo primordial é oferecer uma formação de qualidade aos futuros professores. O segundo objetivo é traçar um pequeno histórico das políticas públicas (mais especificamente de sua ausência) no Estado da Paraíba, com relação ao ensino de espanhol na Educação Básica, e apontar como a postura do Estado e suas ações podem ser prejudiciais não só para a vida profissional dos professores, mas também para sua formação inicial, o que se opõe às iniciativas do âmbito federal e impede o cumprimento da Lei 11.161/2005.

### **A Habilitação em Língua Espanhola da UFPB**

Em 2006, a Licenciatura em Língua Espanhola contava com 25 alunos e somente três professores. Atualmente, conta com 190 alunos e oito professores nas áreas de língua espanhola e literaturas espanhola e hispano-americana. O curso é oferecido no Campus I – João Pessoa e conta com 2880 horas no total, das quais 1320 são dedicadas ao ensino de disciplinas específicas de espanhol, ministradas ao longo dos oito semestres de que consta o curso. Neste período de oito semestres, de acordo com o

---

<sup>20</sup> Departamento de Letras Estrangeiras Modernas.

mesmo PPP que marca o início da habilitação, é preciso formar professores com um perfil com as seguintes características:

[...] capacidade de perceber que a complexidade da sociedade manifesta-se através de diferentes formas e modos de linguagem, correspondentes a diferentes interesses em constantes confrontos e conflitos, em relação aos quais o cidadão deverá se posicionar. Além disso, ele deverá ser capaz não apenas de dominar os recursos da língua falada e da língua escrita, mas também de desempenhar o papel de multiplicador, capacitando as pessoas para a mesma proficiência linguística. (UFPB, 2006, p. 10)

Formar um profissional como o descrito acima não é uma tarefa simples, uma vez que para atingir esse perfil é necessário implementar ações no âmbito institucional para fomentar o desenvolvimento de uma capacidade reflexiva que crie condições para o aluno aprender a transitar entre os espaços de professor e aluno e compreender a realidade de sala de aula de língua estrangeira, possibilitando, dessa maneira, a abordagem dos diversos conflitos envolvidos na prática docente. Dar conta desse processo de formação reflexiva, somado a todos os demais conteúdos, práticas e processos de amadurecimento inerentes ao curso parece, às vezes, impossível.

Além disso, a universidade tem de fazer frente a problemas crônicos, tais como a infra-estrutura pouco adequada para o ensino da língua estrangeira, a falta de recursos financeiros para manter os projetos vigentes e a formação deficiente dos alunos ingressantes. Algumas dessas dificuldades são resultados da dura realidade social e educativa na qual nossa comunidade está inserida e que apontam para uma formação escolar deficitária de parte significativa dos alunos, muitos dos quais têm uma considerável dificuldade para atingir um domínio razoável do uso da língua estrangeira em termos estruturais, funcionais e pragmáticos.

Com o intuito de tentar minimizar as deficiências apontadas, a Licenciatura em Língua Espanhola vem investindo em projetos em diferentes âmbitos a fim de contribuir para a formação dos alunos. Podemos destacar, em primeiro lugar, os projetos vinculados ao Programa de Licenciatura-PROLICEN, que descrevemos brevemente: 1) Espanhol em sala de aula<sup>21</sup>, cujo objetivo é o fomento da compreensão e reflexão sobre

---

<sup>21</sup> María del Pilar Roca (coordenadora), Elaine Andrade (bolsista). *Espanhol em sala de aula*. Centro de Ciências humanas, Letras e Artes/DLEM/PROLICEN. Disponível em: <<http://www.prac.ufpb.br/anais/.../4.../4CCHLADLEMPROLICEN08.doc>>. Vigente de 2005 a 2010.

a prática docente, tendo como foco a figura do observador; 2) Garimpando palavras<sup>22</sup>, com foco na aprendizagem e na aquisição do léxico em Espanhol como Língua Estrangeira (ELE) por estudantes brasileiros; 3) Horacio Quiroga: teoria e prática do conto<sup>23</sup>, que tem como objetivo principal analisar a produção desse escritor, usando como suporte os textos sobre o conto enquanto gênero, de autores como Poe, Cortázar e o próprio Quiroga.

Além dos projetos do PROLICEN, a licenciatura conta também com outros, como o projeto de Monitoria e o Programa de Extensão, que descrevemos a seguir. Cabe mencionar que todos eles – PROLICEN, Monitoria e Extensão – apresentam resultados positivos, o que indica sua importância como parte do processo de formação inicial dos alunos.

### **Monitoria: um processo de retroalimentação**

Bastante presente nas universidades em geral, a monitoria tem apresentado bons resultados na Licenciatura em Língua Espanhola da UFPB. Os alunos que ingressam no curso enfrentam uma série de dificuldades concretas, dentre elas cabe destacar o desafio de alcançar um grau de proficiência avançado em língua espanhola em quatro anos, desenvolver uma atitude reflexiva com relação à língua, sua estrutura e seu funcionamento, além de dar conta de todo o arcabouço teórico relacionado à linguística, à literatura e às teorias e práticas de ensino. Essas dificuldades se agravam pelo fato de que, entre o ensino médio e o ensino superior, há um salto gigantesco da carga de leitura de textos teóricos, geralmente densos e complexos. Devido a deficiências na formação básica, é frequente encontrar alunos com limitações na compreensão dos textos, o que prejudica sensivelmente o acompanhamento de discussões e a apreensão de conceitos fundamentais de muitas disciplinas.

Diante desse quadro, a monitoria apresenta resultados efetivos tanto para o aluno monitor como para os alunos por ele atendidos, em um processo de

<sup>22</sup> Ana Berenice Peres Martorelli (coordenadora), Julianne Paulinelli Rodrigues (bolsista). *Garimpando palavras*. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes/DLEM/Projeto PROLICEN. Disponível em: <<http://www.prac.ufpb.br/anais/XIenexXIIenid/enid/prolicen/apresoraltrabresum4.html>>.

<sup>23</sup> Maria Luiza Teixeira (coordenadora), Joaquim Lopes (bolsista). *A relação entre o espaço e os protagonistas no conto El almohadón de pluma, de Horacio Quiroga*. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes/DLEM/PROLICEN. Disponível em: <<http://www.prac.ufpb.br/anais/XIENEX.../4/4CCCHLADLEMP02.doc>>.

retroalimentação no qual a interação em nível acadêmico entre os alunos de diferentes períodos do curso promove o intercâmbio de conhecimentos e experiências. No que se refere ao aluno monitor das disciplinas de língua espanhola, a monitoria age no sentido de fomentar o desenvolvimento de habilidades relacionadas ao ensino da língua estrangeira, a partir de suas próprias experiências e da observação dos processos de aprendizagem vivenciados por ele no contexto da universidade, aliados aos conteúdos estudados em disciplinas teóricas na área de linguística aplicada, ou teórico-práticas como estágio supervisionado. Sua presença dentro da sala de aula já nos primeiros anos do curso também constitui um importante passo para a reflexão sobre o lugar que ocupa como aluno e que ocupará como professor.

Além de acompanhar o professor em suas aulas e realizar as leituras por ele indicadas, o monitor elabora um plano de trabalho para atender os alunos e realizar com eles uma série de atividades fora do horário regular de aula. Tanto a interação com o professor quanto a proposta e execução de atividades com os alunos possibilitam ao monitor o desenvolvimento da prática de observação crítica dos processos de ensino-aprendizagem de língua estrangeira e o estimulam a estabelecer, em sala de aula, uma relação direta e significativa entre a teoria e a sua aplicação prática. Já o aluno da disciplina que possui um monitor se beneficia em vários sentidos: pode interagir em língua espanhola em outro espaço que não o da sala de aula, tem o número de horas dedicadas ao estudo de língua incrementado pelas atividades extraclasse realizadas com o monitor e ainda conta com a possibilidade de atendimentos individuais para dúvidas pontuais. Mais do que isso, esse aluno alvo percebe de forma concreta o avanço nos estudos e nos conhecimentos da língua, uma vez que é atendido e “ajudado” por um colega, o que lhe dá a perspectiva de que futuramente poderá também ocupar esse espaço. Nesse processo de interação entre alunos, a formação inicial se beneficia de seus próprios “produtos”.

### **O Programa de Extensão: quando o aluno é professor.**

No início da Licenciatura em Língua Espanhola, os cursos de Extensão<sup>24</sup> do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas eram ministrados por professores substitutos, geralmente contratados somente para esse fim, o que significa que, na época, a Extensão funcionava como qualquer curso de idiomas. Após sofrer reformulações profundas, o programa passou a funcionar com a atuação de alunos da graduação como professores, tornando-se, assim, um importante espaço para sua formação docente. Foi criado, então, o atual Programa Departamental de Extensão em Línguas Estrangeiras (PRODELE)<sup>25</sup> do DLEM, que nasceu com o objetivo prioritário de criar um espaço que possibilite a integração de ensino e pesquisa, fomenta o exercício da observação e reflexão sobre a ação pedagógica no cenário da sala de aula de língua estrangeira e, dessa maneira, contribua para a formação de alunos que possam vir a se tornar “multiplicadores de experiências em que verdadeiramente acreditem” e não em meros “reprodutores de ideias prontas e acabadas” (DOURADO, 2007, p. 174).

A proposta de trabalho prevista para as aulas da Extensão parte de princípios da visão sócio-constructivista de aprendizagem e, dada sua natureza colaborativa, a construção de conhecimento na aula de ELE se realiza por meio da interação entre os diferentes agentes envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. Como consequência dessa proposta surgiram, no âmbito do PRODELE, questionamentos como o de repensar o livro didático como pivô das aulas de LE, o que propiciou mecanismos interpretativos de (re)configuração de sentidos sobre o espanhol como língua estrangeira e o trabalho, por parte dos alunos estagiários, com gêneros textuais e diversos temas transversais. A isso, soma-se o contato com a comunidade, o que possibilita o trabalho com a construção de atitudes cidadãs no contexto de ensino de ELE e, assim, a sala de aula se configura como espaço discursivo aberto ao exercício da cidadania. Tanto os questionamentos quanto as ações propiciadas pelo trabalho em sala de aula do Programa de Extensão configuram um importante espaço de reflexão e amadurecimento acadêmico na UFPB.

---

<sup>24</sup> O Programa de Extensão do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas oferece cursos de inglês, francês, espanhol e alemão para a comunidade.

<sup>25</sup> O Programa Departamental de Extensão em Línguas Estrangeiras (PRODELE) foi elaborado e implementado no período de 2009 pelas professoras Francieli Freudenberger *Martiny* (coordenadora) e *María Hortensia Blanco García Murga* (vice-coordenadora).

### *Modus operandi*

Como já mencionamos, o curso é ministrado por alunos (tanto bolsistas quanto voluntários) dos cursos de Licenciatura. Esses alunos atuam sob a coordenação pedagógica de um tutor, professor efetivo do departamento. As ações desenvolvidas são:

1. Cursos de ELE para a comunidade, com 60 horas, distribuídas em duas aulas semanais de uma hora e meia. No final de cada semestre, é realizada uma avaliação por meio da aplicação de questionários à comunidade participante. São avaliadas as atividades propostas durante o semestre para a turma, os objetivos, planejamento e sequenciamento dos conteúdos, a seleção de materiais e recursos, as propostas de avaliação, a adequação do livro adotado, a metodologia de ensino, além de fatores relativos à dimensão sócio-afetiva – que remetem às relações construídas em sala de aula e às atitudes e sentimentos que podem surgir ao se enfrentar o desafio de ensinar ou aprender uma língua estrangeira –, objetivando, assim, a melhora do processo de ensino-aprendizagem.
2. Encontros semanais individuais entre tutores e alunos estagiários. Tais encontros têm como objetivo o planejamento e a organização das aulas e garantir um espaço de diálogo entre tutor e estagiário, onde são colocadas as dificuldades e tensões com as quais os alunos estagiários convivem em sala de aula. Os tutores também orientam seus respectivos estagiários para a leitura de textos que possibilitem uma prática docente de caráter reflexivo, com o propósito de contribuir para uma percepção de suas ações em aula e seu consequente desenvolvimento docente. Dentro desse desenvolvimento docente, cabe destacar o uso do diário reflexivo. Nele, o aluno estagiário coloca as percepções, atitudes, dúvidas, frustrações ou logros vivenciados durante sua prática. Outro instrumento é o relatório de final de curso elaborado por cada estagiário e cujo objetivo é possibilitar o exercício da auto-observação, o questionamento de ações pedagógicas e, portanto, a reflexão sobre a prática pedagógica docente ao longo de todo o semestre. Dessa forma, o exercício da reflexão mediante os

instrumentos citados tem amplas repercussões na configuração de uma prática cada vez mais consciente, possibilitando a construção da identidade profissional do aluno estagiário.

3. Programa de Bolsas de Extensão (PROBEX). Esse programa é mantido com recursos próprios da universidade e tem como objetivo fomentar a formação acadêmica dos estudantes da graduação a partir de seu envolvimento em atividades dos cursos de Extensão. A participação no PRODELE de uma bolsista PROBEX durante o ano de 2010 fez parte de uma proposta de ampliação da capacidade de atendimento à comunidade. A bolsista participou como observadora das aulas de espanhol da Extensão, auxiliou os estagiários durante o levantamento de necessidades e dificuldades específicas dos alunos e colaborou na elaboração de atividades para alunos com menor grau de proficiência linguística. Ela também estabeleceu um diálogo com os estagiários no sentido de contribuir para a reflexão da prática pedagógica.
4. Reuniões de área. As reuniões mensais promovidas pela coordenação do projeto com os alunos estagiários têm como objetivo rever práticas, trocar experiências e resolver aspectos de caráter administrativo.
5. Encontros de formação do Programa. Ocorrem mensalmente e visam a promover discussões sobre assuntos cujo interesse predominante gira em torno da realidade de sala de aula. São minicursos e oficinas de caráter teórico-metodológico conduzidos por um professor convidado (da UFPB ou de outras universidades). A partir das discussões iniciadas durante os encontros, os alunos estagiários, com a ajuda de seus tutores, planejam diversas atividades para a sala de aula, a fim de colocar em prática aquilo que foi discutido.

A partir da descrição dos projetos de Monitoria e Extensão, fica patente sua importância na formação inicial dos alunos da Licenciatura. No entanto, tais projetos, assim como muitos outros da UFPB, enfrentam problemas que impedem seu pleno desenvolvimento e eficácia. Além das questões já mencionadas, como a falta de infraestrutura na universidade, existe um grave problema relacionado à remuneração recebida pelos alunos estagiários. Atualmente, um aluno que atua como professor na



Extensão ou que tem uma bolsa de Monitoria recebe por volta de 180 reais<sup>26</sup> por mês. Ambos os projetos supõem aproximadamente 12 horas de trabalho semanais para os alunos e a baixa remuneração muitas vezes termina por afastá-los: aqueles que precisam trabalhar por questões econômicas abandonam os projetos quando conseguem empregos (em geral, em áreas que nada têm a ver com a Licenciatura) fora da universidade. Se as bolsas oferecidas pela universidade fossem minimamente adequadas à realidade em que vivemos, os alunos não se veriam obrigados a abandonar um espaço importante para sua formação acadêmica.

De certa forma, a baixa remuneração e a infra-estrutura precária que o aluno encontra dentro da universidade constituem uma primeira aproximação à realidade hostil que enfrentará no sistema educacional quando for professor. Veremos a seguir que a Paraíba apresenta sérios problemas na área da educação e que a situação é especialmente grave para os professores de espanhol.

### **Para além dos muros da universidade**

O primeiro contato dos alunos da Licenciatura com seu futuro campo de trabalho se dá por meio das disciplinas de Estágio Supervisionado. Atualmente, no Departamento de Letras Estrangeiras Modernas da UFPB, o componente curricular de estágios supervisionados se divide em sete disciplinas, cujo início ocorre no terceiro semestre do curso. As quatro primeiras disciplinas (Estágio Supervisionado 1, 2, 3 e 4), consideradas de “tronco-comum”, são cursadas pelos alunos das três habilitações em turmas únicas. Já as três últimas disciplinas, consideradas específicas, são ofertadas em turmas separadas para os alunos de Inglês, Francês e Espanhol e se distribuem da seguinte maneira: Estágio Supervisionado 5: Ensino Fundamental; Estágio Supervisionado 6: Ensino Médio; e Estágio Supervisionado 7: Cursos livres de idiomas.

Apesar da entrada em escola campo e da realização de micro aulas na universidade estarem previstos desde o Estágio Supervisionado 1, é somente a partir do Estágio Supervisionado 5 que o aluno poderá efetivamente ter a experiência da prática docente em uma escola. É nesse momento que os alunos da Licenciatura em Língua

---

<sup>26</sup> Valor vigente no momento em que este texto foi elaborado (primeiro semestre de 2012).

Espanhola se deparam pela primeira vez com a difícil realidade que terão de enfrentar ao terminar o curso.

Antes de seguir, cabe mencionar que a UFPB não possui um colégio de aplicação, o que faz com que os alunos das diferentes licenciaturas tenham, obrigatoriamente, de realizar seus estágios fora – fato que afeta diretamente o número de horas de prática docente dos formandos em línguas estrangeiras. A universidade conta somente com uma escola-creche que atende crianças até o Ensino Fundamental I.

A difícil realidade que mencionamos acima começa pela incoerência na implementação das políticas linguísticas relacionadas ao ensino da língua espanhola no Estado.

No início deste texto, citamos um fragmento do Projeto Político Pedagógico do Curso de Letras que, ao justificar a inclusão de uma Habilitação em Língua Espanhola, menciona que a Secretaria de Educação do Estado da Paraíba expressava a necessidade da formação de profissionais na área para a implantação do espanhol na Educação Básica, conforme a Lei 11.161/2005. Atualmente, a Paraíba conta com quatro Licenciaturas em Língua Espanhola em universidades públicas, a saber, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal de Campina Grande e Universidade Estadual da Paraíba (cursos em Monteiro e Campina Grande), atingindo várias regiões do Estado. Mesmo assim, a língua espanhola ainda não foi implantada nas escolas de Ensino Médio. A Secretaria de Educação e Cultura do Estado alega que a falta de professores impede a oferta do espanhol, no entanto, nunca foi realizado um concurso que de fato verificasse se faltam ou não professores e, eventualmente, quantos professores seriam necessários. A assertiva “não se podem privilegiar alguns poucos alunos implantando o espanhol somente em parte das escolas” parece impedir o poder público de tomar medidas que levem ao cumprimento da lei. Observamos, portanto, que apesar de ter suas demandas atendidas por instituições públicas de ensino superior, no que se refere à formação de professores de espanhol, a Secretaria de Educação do Estado nada fez no sentido de cumprir a Lei 11.161/2005 dentro dos prazos previstos.

Nos *Referenciais Curriculares para o Ensino Médio da Paraíba*, publicados em 2007, há um capítulo intitulado “Conhecimentos em Línguas Estrangeiras”, no qual são contemplados conteúdos e orientações para língua inglesa e língua espanhola. A inclusão do espanhol nesse documento parece ter sido a única ação concreta com

relação à implantação da língua no currículo da Educação Básica. De acordo com informações da própria Secretaria de Educação, a implantação da língua espanhola na Paraíba teria início em 2012. A gerência do Ensino Médio nos informou que não foram elaboradas regulamentações específicas para a inclusão da língua espanhola e que as escolas foram orientadas a oferecer aulas de espanhol no mesmo horário em que são oferecidas as aulas de inglês e os alunos escolhem, ao fazer a matrícula para o ano letivo, qual língua querem estudar. As escolas também foram orientadas a procurar e encaminhar às Secretarias Regionais possíveis professores – obrigatoriamente licenciados em língua espanhola ou alunos de Licenciatura em Língua Espanhola regularmente matriculados e com 50% do curso concluído – para que sejam contratados como prestadores de serviço (professores temporários com contratos de um ano). Cabe destacar que no final de 2011 foi realizado concurso público<sup>27</sup> pela Secretaria de Educação do Estado para suprimento de vagas para a Educação Básica. Havia mais de mil vagas e nenhuma para professor de espanhol, o que nos leva a concluir que a implantação está ocorrendo sem nenhum professor efetivo.

A situação do espanhol na Paraíba afeta os futuros professores de diferentes formas. Ainda durante sua formação, quando cursa as disciplinas de Estágio Supervisionado 5 e 6 (Ensino Fundamental e Médio), o aluno encontra sérias dificuldades para realizar as observações e a prática docente obrigatórias nessas disciplinas e fundamentais para sua formação. Em João Pessoa, não há escolas públicas que tenham espanhol no Ensino Fundamental, por exemplo. No Ensino Médio, a situação não é muito diferente: a cidade conta com uma única escola da rede pública<sup>28</sup> que tem espanhol no currículo. No entanto, os professores são geralmente alunos do curso da UFPB ou recém-formados, em ambos os casos com contratos temporários. Assim, os alunos muitas vezes realizam as atividades de estágio na escola, onde encontram como professores um colega de turma ou colegas que acabaram de se formar e não um professor concursado, cuja situação dentro do sistema educativo, ao ser mais estável, contribuiria para sua prática docente. Ser professor de espanhol na escola

---

<sup>27</sup> Na época, os professores das Licenciaturas em Língua Espanhola das universidades públicas do Estado encaminharam à Secretaria de Educação um documento no qual reivindicavam a inclusão de vagas para professor de língua espanhola no concurso, mas até o presente momento (junho de 2012) não obtiveram nenhuma resposta.

<sup>28</sup> Escola Estadual Presidente Médici. Ensino Médio e Educação Profissional em Turismo, Hotelaria e Informática.

pública é uma espécie de lugar de espera por melhores oportunidades de trabalho e, em um lugar assim, dificilmente se realiza um trabalho consistente. Tal situação, bastante grave se pensarmos em que condições funcionam as escolas públicas, também cria, inevitavelmente, uma lacuna na formação dos alunos, que não conseguem levar a cabo de forma significativa as atividades previstas nos estágios supervisionados.

É importante mencionar que das três habilitações do Curso de Letras da UFPB, a habilitação em Língua Espanhola é a que registra o menor número de “saídas”: há muitas desistências e também há vários alunos que demoram muitos anos em se formar. Dos 25 alunos que ingressaram em 2006, somente 02 se formaram em 2010. Esse baixo índice de conclusões se deve, por um lado, ao fato de que a Licenciatura em Língua Espanhola só é oferecida pela manhã e os alunos não têm a possibilidade de mudança de turno. Então, se um aluno é reprovado em uma disciplina, se tranca matrícula ou se começa a trabalhar, não pode cursar disciplinas à noite, o que inevitavelmente atrasa a conclusão do curso. A evasão também é bastante significativa: muitos alunos, ao conhecerem a oferta e as condições de trabalho para professores de espanhol no Estado, abandonam o curso por julgar que não vale a pena. Aqueles que permanecem e se formam, uma vez concluído o curso, se encontram com as seguintes opções: contratos temporários em escolas públicas, aulas em escolas particulares ou aulas em cursos livres de idiomas.

Em geral, aqueles que optam pelo sistema público, como já mencionamos, o fazem – dadas as condições dos contratos – somente enquanto não conseguem “algo melhor”. Os alunos que se destacaram mais durante o curso costumam ter as instituições particulares como destino imediato. Como em outros Estados, a escola particular é a melhor opção – no que se refere à remuneração e à infraestrutura – para professores da Educação Básica.

A situação descrita aqui acentua ainda mais a incoerência existente (infelizmente, não só no caso de professores de línguas estrangeiras) entre a oferta de formação e a oferta de postos de trabalho. Atualmente, no Estado da Paraíba, o campo de trabalho real para professores licenciados em língua espanhola se restringe à rede privada de ensino, o que significa que os governos estadual e federal investem recursos públicos na formação de profissionais, mas não os aproveita na rede pública. Dessa forma, o Estado perpetua uma situação – infelizmente, muito conhecida no Brasil – de

desigualdade no ensino: enquanto as escolas particulares recrutam os melhores professores – também professores mais bem remunerados – e conseguem fazer com que seus alunos tenham uma melhor formação e, portanto, maiores oportunidades para o acesso à universidade e a diferentes âmbitos laborais, o aluno da escola pública, ao ter professores mal preparados e mal remunerados, sofre a carência de um ensino de qualidade e suas oportunidades de formação e emprego se veem substancialmente reduzidas.

### **Considerações finais**

Tudo o que foi anteriormente exposto nos remete às perguntas implícitas no título deste texto: a formação inicial de professores pode sobreviver às posturas políticas dos Estados? Em que medida o contexto da educação afeta a formação inicial de futuros profissionais? No caso dos professores de espanhol da Paraíba, acreditamos que a situação atual do sistema estadual de educação tem consequências muito negativas sobre os futuros profissionais, que já saem da universidade dispostos a consolidar sua vida profissional em instituições privadas de ensino: o caminho oposto ao que consideramos ideal em se tratando de profissionais formados por uma instituição pública. A universidade investe esforços em ações que levam o aluno a transitar e posteriormente se colocar adequadamente no papel de professor, mas as políticas públicas chocam com tais ações ao não reconhecer o professor em nenhuma instância.

Vale salientar que não é nossa intenção supervalorizar a formação que os alunos recebem na universidade; somos conscientes de que a formação inicial pode sempre melhorar e deve constantemente buscar formas de incrementar e consolidar os conhecimentos dos alunos nas diferentes áreas de sua formação. O que queremos é chamar a atenção para a necessidade de políticas públicas coerentes que possam funcionar em consonância com o trabalho realizado pelas universidades públicas, não só no que se refere à formação inicial, mas também à formação continuada de profissionais da educação.

As OCEM, ao explicitar seus objetivos em “Conhecimentos em Línguas Estrangeiras”, afirmam:

O objetivo destas orientações é o de sinalizar os rumos que esse ensino deve seguir, o que faz com que tenham um caráter minimamente regulador [...]. No entanto, para que esse caráter regulador ganhe sentido e produza efeitos, sabemos que serão necessários muitos outros passos, entre os quais destacamos o de sua leitura, análise e discussão no âmbito das instituições formadoras de professores, em conjunto com os indivíduos em formação, e também o de sua leitura, análise e discussão por parte do coletivo das escolas. (BRASIL, 2006, p. 127)

Porém, fica patente a necessidade de envolvimento do poder público dos diferentes Estados nessa discussão defendida pelas OCEM, pois vemos que a ausência de vagas e de condições minimamente dignas de trabalho, inevitavelmente, afeta a formação inicial de novos profissionais e dá lugar a um círculo vicioso que os distancia da educação pública de qualidade.

## Referências

BRASIL. *Orientações Curriculares para o Ensino Médio*. Linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

Disponível em:

<[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book\\_volume\\_01\\_internet.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_01_internet.pdf)>. Acesso em: 02 jul. 2012.

\_\_\_\_\_. *Lei 11.161*. Brasília: Ministério da Educação, 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11161.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11161.htm)>. Acesso em: 02 jul. 2012.

DOURADO, M. R.; ROCA, M. P. Conhecimentos de Língua Estrangeira. In: PARAÍBA. *Referenciais Curriculares para o Ensino Médio da Paraíba*. Vol. 1. p. 101-213. João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba, Secretaria de Estado de Educação e Cultura, Coordenadoria do Ensino Médio, 2007.

DOURADO, M. R. Tendências atuais no ensino de língua inglesa e implicações para formação de professores. *Ariús, Revista de Ciências Humanas e Artes*, n. 2, v. 13, jul./dez., 2007. Disponível em: <[http://www.ch.ufcg.edu.br/arius/01\\_revistas/v13n2/07\\_arius\\_13\\_2\\_tendencias\\_atuais\\_no\\_ensino\\_de\\_lingua\\_inglesa.pdf](http://www.ch.ufcg.edu.br/arius/01_revistas/v13n2/07_arius_13_2_tendencias_atuais_no_ensino_de_lingua_inglesa.pdf)>. Acesso em: 22 jun. 2012.

UFPB. *Projeto Político Pedagógico*. Curso de Letras. João Pessoa: Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, 2006.